

Que farei com este livro?

José Saramago (1922-2010), algumas observações.

Podemos dividir a obra de Saramago em 3 fases.

A primeira fase iria de 1947, ano em que publica o seu primeiro romance, *Terra do Pecado*, até 1979, ano anterior à publicação de *Levantado do Chão* e de *Que farei com este livro?* Nesta fase, além de dois romances (o segundo foi *Manual de Pintura e Caligrafia* de 1977) a sua produção foi principalmente de crônicas e de poemas, sendo ainda autor de um livro de difícil classificação (*O Ano de 1993* de 1975), livros de contos e uma peça (*A Noite* de 1979)

A segunda fase iria de 1980 até 1993, período em que, além de produzir romances que poderiam ser classificados como históricos (a única exceção é *A Jangada de Pedra* de 1986), lançou, entre outros, *Viagem a Portugal* e três peças.

Em 1991 Saramago publicou *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. O livro foi um dos indicados pelo Instituto Português do Livro e da Leitura para ser o romance português que iria concorrer ao prêmio de melhor romance europeu. O subsecretário de estado da cultura excluiu o nome de Saramago, pois considerou que o seu livro não poderia representar Portugal. Saramago, aparentemente por este motivo, sai de Portugal e fixa residência em Lanzarote, nas Ilhas Canárias.

A partir de 1995 ele passa a escrever o que podemos chamar de romances alegóricos, sendo o primeiro deles *Ensaio sobre a cegueira*. A este seguirão outros.

Em 1998 Saramago foi o primeiro, e até hoje o único, autor de língua portuguesa a ganhar o Nobel de literatura.

2. *Que farei com este livro?*

Coloquei no Moodle 3 textos. Dois deles são análises do livro de Saramago, um de Francisco Maciel da Silveira e outro de Márcio Roberto Pereira. O primeiro indica, entre outros aspectos, algumas das fontes utilizadas por Saramago para compor a sua peça. Já o segundo mostra como o *Camões* de Saramago é uma construção ficcional, que dialoga com outros *Camões* também idealizados, afinal quase nada sabemos de sua vida, e ao longo do tempo a sua história foi constantemente criada e reinterpretada, como ocorreu, por exemplo, quando os republicanos transformaram as comemorações do terceiro centenário de sua morte em propaganda do republicanismo. Sobre o terceiro texto, de Vanda Anastácio, farei referência mais tarde.

Centrarei a minha atenção na forma como no livro são representadas a elaboração e a leitura de *Os Lusíadas*.

Como bem aparece nos textos que indicamos *Os Lusíadas* surge como uma obra com várias camadas, escrita por várias mãos, como haviam notado, antes de Saramago, outros críticos,

Na peça encontramos, de início, dois Camões que a escreveram o livro – o que estava na Índia, longe de Portugal, e o que, já em Portugal, encontra um país bem distinto do que esperava. Esta perspectiva aparece em toda a peça, como, por exemplo, quando Camões pensa qual seria o melhor momento para inserir a dedicatória a D. Sebastião (p.35). Onde ela aparece de forma mais clara é no primeiro quadro do segundo ato, em especial nas p.50-p.56.

Antes de partirmos para a análise do trecho, é importante salientar quem são os personagens que dele fazem parte.

Diogo do Couto (Lisboa, 1542 - Goa, 1616) - Continuador, a mando de Felipe II, das *Décadas* de Barros. Autor de *O Soldado prático*.

Damião de Góis (Alenquer 1502- 1574) É o mais cosmopolita dos autores dos quinhentos. Circulou pela Europa provavelmente entre 1521 e 1548, tendo se relacionado com nomes como Lutero, Erasmo, Alberto Dürer, entre outros. A partir de 1548 transforma-se no guarda-mor da torre do tombo. Sofreu processo pela inquisição, e morreu pouco depois, por motivos que não são claros.

Camões (1525?-1580)

Temos em cena não apenas três gerações, mas, de fato, três *períodos*, que vão do início do reinado de D. João III até o reinado de D. Sebastião. Damião nasce quatro anos após a chegada de Vasco da Gama nas Índias, e vai para a Europa no auge do poderio português. Camões, vinte anos mais velho, acaba por conhecer a Índia no momento em que o poderio português já se desfaz. Morre no mesmo ano em que se inicia a União Ibérica. Diogo Couto já vive quase metade de sua vida sob o domínio dos Felipes.

Durante a conversa, em dado momento Damião de Góis pergunta: “Quando chegastes da Índia, era o vosso livro como é hoje?”(p.53), pergunta a que ele mesmo responde

DAMIÃO DE GÓIS: Explico já. Quando chegastes da Índia, era o vosso livro como hoje é? Não precisais responder. Tive aqui em minha casa o manuscrito, li-o com grande cuidado e atenção, mas de tanto não precisaria para distinguir, nas diferenças de tinta, os acrescentamentos escritos estando vós já em Portugal e por causa do que cá viestes encontrar.

LUÍS DE CAMÕES: Assim é. Lembrai-vos que de el-rei eu não sabia mais do que existir. Em Lisboa é que escrevi a dedicatória...

DAMIÃO DE GÓIS: Que mais? -

LUÍS DE CAMÕES: O final do canto quinto, também do sétimo, algumas oitavas do canto nono, outras no canto décimo...

DIOGO DO COUTO: E, se bem te conheço, ainda escreverás, se não foi escrito já, o bastante para amanhã se saber que os parentes de Vasco da Gama não cuidaram de honrar, como deviam, o fundador da casa da Vidigueira.

LUÍS DE CAMÕES: Escrito está, não duvides.

DAMIÃO DE GÓIS: O que trouxestes da Índia, Luís Vaz, foi a história do antigo Portugal, mais a grande navegação. Tudo isso que acrescentastes são casos dos nossos dias de agora, deste tempo em que não sabemos para onde Portugal vai.

Se existem duas perspectivas distintas escritas em dois tempos da vida de Camões, há ainda explicitado na peça o papel que o censor, Frei Bartolomeu Pereira, possui, sendo uma espécie de coautor do livro. Como indicaram Saraiva e Lopes, em trecho citado por Pereira (p.149)

O relator do Santo Ofício examinava o livro em manuscrito e obrigava o autor a alterá-lo, amputá-lo ou acrescentá-lo antes de lhe conceder a fórmula “nada contém contra a nossa Santa Fé e bons costumes”. Deste modo, para os livros da segunda metade do século XVI até a reforma pombalina da Censura não podemos afirmar que conhecemos o texto genuíno, mas somente um texto em que colaborou o censor.

Quando Camões por fim recebe a autorização para publicar a obra, ele afirma:

Dá-se então Vossa Reverença por satisfeita com as alterações que fiz? Não haverá mais que suprimir e acrescentar? Não terei mais que torcer o sentido para o sujeitar ao vosso desejo sem sacrificar insuportavelmente a minha intenção? (p.73)

Um comentário lateral. Na primeira conversa que Camões teve com o censor, este afirma:

FREI BARTOLOMEU FERREIRA: (*Após silêncio.*) Quero dizer-vos, senhor Luís de Camões, que a vossa obra me foi entregue com muitas recomendações. Se delas tendes conhecimento, não precisais que as mencione. Se não sabeis quem vos recomendou, não será da minha boca que o ficareis a saber.

LUÍS DE CAMÕES: Do sigilo que a Vossa Reverença impõe o seu ministério, não poderia eu contar com outra coisa.

FREI BARTOLOMEU FERREIRA: Neste livro mostrais muito engenho e muita erudição, não há que negar. Porém, viésseis vós menos recomendado, e estou que não deixaria passar tão em claro não só aqueles pontos que há pouco defendestes com muito brilho, como também a insistência e a pertinácia com que lisonjeais os gostos sensuais. Porque, enfim, fica entre nós entendido que não me convencestes completamente.

LUÍS DE CAMÕES: Devo compreender que estais forçando a vossa consciência?

FREI BARTOLOMEU FERREIRA: Não é assim que o deveis compreender. A minha consciência não é parte neste pleito. Se um dia vos faltarem as protecções que trazeis, ou razões mais fortes prevalecerem contra elas, e se nesse dia eu tiver de ser outra vez o revedor do vosso livro, ficais sabendo que não me achareis tão complacente.

De fato, numa outra edição de *Os Lusíadas* o mesmo censor voltou a lê-lo, e cortou vários trechos. Este aspecto é abordado no texto de Vanda Anastácio.

Assim, o livro é uma obra múltipla, com várias vozes, que podem ainda ser multiplicadas por todos os ecos, que nele encontramos de obras anteriores, como, por exemplo, as semelhanças do primeiro verso da obra com o primeiro de Eneida.

A peça não mostra apenas que a obra é multifacetada, mostra ainda que ela permite várias leituras distintas, em especial várias leituras políticas.

Para melhor entendermos este aspecto, é importante pensar que o livro de Saramago foi lançado no ano em que eram comemorados os 400 anos da morte de Camões, ou seja, em 1980, seis anos depois da Revolução dos Cravos, que terminou com quase 50 anos de Salazarismo.

Um bom indício de como Camões – e em especial *Os Lusíadas* – foi assimilado pelo Salazarismo é o fato de que a data de sua morte, 10 de junho, que para os republicanos era o *Dia de Camões*, foi transformado por Salazar em *Dia de Camões, de Portugal e da*

Raça, em 1933. A partir de 1978 a data passou a ser comemorada como *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*. (Sugiro a leitura de uma reportagem do *Diário de Notícias*, publicada em 10 de junho de 2017, e que pode ser acessada em <https://www.dn.pt/portugal/10-de-junho-primeiras-comemoracoes-foram-em-1880-8553575.html>)

Assim podemos supor que a peça tenta se reapropriar da imagem de Camões, e especificamente de *Os Lusíadas*, reinterpretando o seu significado em uma sociedade democrática.

Parte desta *nova leitura* se deve ao fato que a epopeia é vista como uma obra múltipla, em que várias vozes distintas se mesclam. Esta perspectiva é ainda reforçada pela visão de que a obra pode ter várias e opostas leituras. Voltemos ao primeiro quadro do segundo ato (p.54-55).

DAMIÃO DE GÓIS: El-rei, se fosse um soberano dado a leituras, haveria de estimar ler as oitavas que lhe dedicais no princípio da obra, as grandes conquistas ali profetizadas. Mas cuida que justamente essas oitavas não agradam ao cardeal D. Henrique, a quem inquietam aventuras. Porém, o mesmo cardeal haverá entendido, não que eu o saiba de ciência certa, mas presumo, haverá o cardeal-infante entendido que exaltando vós os portugueses e a história dos seus reis, boa contrariedade será o vosso livro para as intenções que é dito serem as de D. Catarina, que muito queria aproximar Portugal de Castela.

LUÍS DE CAMÕES: Senhor Damião de Góis, olhai que me perco entre tanto querer e não querer.

DAMIÃO DE GÓIS: Não vos disse eu logo que o vosso livro é barca onde cada qual quer viajar sem companhia?

LUÍS DE CAMÕES: Deixais-me confundido.

DAMIÃO DE GÓIS: Sem dúvida são melhores os caminhos rectos, mas esses não os há na vida das nações nem nos interesses dos paços e dinastias. A vossa obra será publicada, Luís Vaz, mas só quando, claramente, a balança pender para um lado ou para o outro.

LUÍS DE CAMÕES: Porém, o livro não será diferente do que é.

DAMIÃO DE GÓIS: A diferença estará nos olhos que o lerem. E a parte que ficar vencedora fará que seja o livro lido com os olhos que mais lhe convierem.

DIOGO DO COUTO: E a parte vencida, que fará?

DAMIÃO DE GÓIS: Ficaré esperando a sua vez de ler e fazer ler doutra maneira.

Podemos, sem via de dúvida, relacionar esta conversa com o a última fala de Camões:

LUÍS DE CAMÕES: (*Segurando o livro com as duas mãos.*) Que farei com este livro? (*Pausa. Abre o livro, estende ligeiramente os braços, olha em frente*) Que fareis com este livro? (*Pausa.*)

A pergunta se desloca da primeira pessoa para a segunda, não importa tanto o que Camões fará com o livro, mas o que os seus leitores farão, com o significado que darão para a obra. Se pensarmos na mudança de nome do dia de Camões, que deixa de ser *da raça*, para passar a ser *das comunidades portuguesas*, podemos pensar que a resposta em

parte está dada: o livro, que foi utilizado pelo imperialismo português, agora passa a ser um traço de união não só entre as comunidades portuguesas, mas também entre todos aqueles que falam português. Os vencedores são outros, é outro o seu significado.

Trata-se assim não de uma peça especificamente sobre *Os Lusíadas* ou sobre Camões, mas sobre os usos políticos que as obras de arte podem ter a partir das diferentes leituras que delas são feitas. Acusar Camões de salazarista *avant la lettre*, é tão anacrônico e descabido como considerar que Richard Wagner era nazista, antes do nazismo existir.

Muito mais poderia ser dito sobre a peça, especialmente sobre as múltiplos ecos que nela podemos encontrar de obras de Camões e de outros escritores. Aponto apenas um: a cena em que Camões encontra D. Sebastião julgando que poderia ler a sua obra para ele, e o rei nem o nota (p.40), é o avesso do que ocorre em *Camões* de Garrett, em que o rei escuta a leitura da epopeia e a elogia. Poderíamos, assim, pensar o p D. Sebastião da peça – personagem que em nenhum momento fala, e só aparece na referida cena – possui algumas diferenças importantes com o que foi construído por Garrett.

Só para apontar uma possível ponte entre esta e outras obras de Saramago. Quatro anos depois, um ano antes da comemoração dos 50 anos da morte de Pessoa, o autor lançará *O ano da morte de Ricardo Reis*. No livro, Camões será uma presença marcante. O romance começa e termina com duas variações de um verso de *Os Lusíadas*. Como já foi referido ao analisarmos “Cascais”, na epopeia, quando Vasco da Gama vai explicar ao rei de Melinde onde se situa Portugal, ele afirma:

Eis aqui, quási cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa
E onde Febo repousa no Oceano (III,20)

Já *O ano da morte* começa com “Aqui o mar acaba e a terra principia” e termina com “Aqui, onde o mar se acabou e a terra espera”. Além disso, Ricardo Reis, quando começar a clinicar, o fará em um prédio na praça Luís de Camões, em que poderá ver as costas da estátua de épico, e morará no alto de Santa Catarina, em que está a estátua de Adamastor. Perambulando por um espaço geográfico em que “todos os caminhos levam a Camões”, o livro acabará por se constituir em um libelo, também ele, contra uma leitura que tenta perpetuar, no presente, certos aspectos anacrônicos retirados da épica camoniana. Ao inverter terra e mar, na forma como apareciam no verso camoniano, ao fazer com que o reino lusitano não mais seja o espaço onde “a terra se acaba e o mar começa”, mas sim o espaço em que o mar já acabou e a terra espera, Saramago está a negar o valor presente das navegações portuguesas, numa perspectiva que o aproxima do *Causas da decadência* de Antero de Quental.